

Os saberes tradicionais e o papel da escola: Repensando a Educação ambiental em Unidades de conservação brasileiras

Traditional knowledge and the role of school: Rethinking Environmental education in Brazilian Protected Area

Marília Andrade Torales Campos e Vanessa Marion Andreoli. Universidade Federal do Paraná (Brasil).

Resumo

As Unidades de Conservação Ambiental foram criadas no Brasil como estratégia político-ambiental e pela crescente degradação dos recursos naturais que ocorreu pós-revolução industrial. Nesse período muitas comunidades que habitavam essas áreas sofreram as consequências da importação de modelos internacionais com caráter neoliberal, que viam os seres humanos como destruidores e precisavam, portanto, ser excluídos dos locais ou privados da continuidade de seus modos de vida. Essa situação gerou consequências de ordem social e econômica, intensificando a pobreza e criando um profundo e complexo processo de exclusão dos sujeitos. Considerando esta realidade, o presente estudo propõe discussões iniciais sobre o papel da Educação ambiental nessas áreas, tomando como eixo de reflexão uma escola situada na Ilha do Mel (Paraná-Brasil). É emergente a utilização de estratégias de Educação ambiental que possibilitem a emancipação dos sujeitos, dialogando com a bagagem de saberes que os educandos trazem e permitindo que, a partir deles, os saberes escolares sejam repensados e reorganizados, já que um dos grandes problemas que os povos do campo - como é o caso dos ilhéus - encontram são a falta de reconhecimento e valorização de sua cultura, em especial no espaço educacional, o que acarreta na falta de percepção dos sujeitos enquanto coletivo.

Astract

The Conservation Units were created in Brazil as political and environmental strategy and the increasing degradation of natural resources that occurred post-industrial revolution. During this period many communities inhabiting these areas have suffered the consequences of international import models with neoliberal, who saw humans as destroyers and needed therefore be excluded from local or private continuity of their livelihoods. This situation had consequences for social and economic order, intensifying poverty and creating a deep and complex process of exclusion of subjects. Considering this fact, this study suggests initial discussions on the role of environmental education in these areas, taking as a reflection axis of a school located in Ilha do Mel (Parana, Brazil). It is emerging the use of environmental education strategies that enable the emancipation of the subject, talking with luggage of knowledge that students bring and allowing, from them, the school knowledge to be

rethought and reorganized, as a major problem that field people - as is the case of the islanders - find are lack of recognition and appreciation of their culture, especially in the educational space, which results in lack of awareness of the subject as a collective.

Palabras chave

Educação ambiental, Unidades de Conservação, Escola pública, Emancipação, Saberes tradicionais.

Key-words

Environmental education, protected areas, public school, Emancipation, Traditional knowledge.

Introdução

O presente artigo é fruto das discussões e estudos iniciais do projeto de doutorado desenvolvido em uma escola localizada em uma Unidade de Conservação Ambiental na Ilha do Mel, litoral do estado do Paraná-Brasil. A região tem cerca de 95% de sua área definida como Unidade de Conservação de Proteção Integral. No restante, encontram-se as duas principais comunidades: Encantadas e Nova Brasília, com uma população de mais de 900 habitantes.

Podemos considerar as áreas protegidas brasileiras, denominadas Unidades de Conservação Ambiental, como espaços que foram institucionalizados pelo poder público com a finalidade de preservação e/ou conservação dos ecossistemas que se apresentam ameaçados. A principal razão da criação de áreas protegidas é o desenvolvimento econômico e sua consequente degradação ambiental, ou seja, os recursos naturais são extraídos para atender as novas necessidades e desejos gerados pelo sistema capitalista de produção.

Nessas áreas, o processo de desenvolvimento é modificado, necessitando de tratamento diferenciado, no sentido de um olhar voltado para as novas relações que são construídas quando o local passa a ser considerado protegido. Mas a grande questão é que sua criação formal, por si só, não assegura sua conservação.

Um dado relevante para justificar não somente essa pesquisa mas a importância de pensarmos em estratégias de emancipação das comunidades que residem nessas áreas, é que, entre 2003 e 2008, o Brasil foi responsável pela criação de 74% de todas as áreas protegidas criadas no mundo. Hoje, o país conta com aproximadamente 700 Unidades de Conservação públicas (federais e estaduais) e muitas privadas (RPPNs). Frente a esses dados, é necessário analisar como seu deu essa construção, visto que há uma grande diversidade tanto legal quanto institucional.

Em estudos exploratórios e bibliográficos percebeu-se que a região da Ilha do Mel sofreu elevada mudança nos modos de viver da população local e na paisagem, de maneira geral, a partir da intensificação do

turismo na década de 80. A maneira como a unidade foi instaurada não possibilitou aos moradores a continuidade dos seus modos de vida, que incluíam principalmente a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Essa situação gerou conflitos que modificaram suas vidas e refletiram na falta de interesse da população e principalmente dos jovens em resistir no lugar, já que não tem oportunidades de trabalho e, quando tem, são ocupações inferiores, as quais possibilitam apenas sua sobrevivência e ainda desvalorizam a cultura e saberes tradicionais da região.

Nesse sentido, o artigo busca refletir sobre o papel da Educação ambiental nessas regiões, tomando como referência a escola. Parte-se do pressuposto que para que essa instituição avance na elaboração e produção de novos conhecimentos necessários para intervir conscientemente e de maneira organizada a fim de melhorar a qualidade de vida da população local, é preciso que assuma seu papel como mediadora e articuladora de um processo que considere os saberes locais, tradicionais e coletivos.

Além disso, que promova a consequente ampliação da mobilização e participação, por meio da criação de situações formativas que permitam que temáticas complexas sejam pensadas a partir das experiências, vivências e desafios cotidianos dos educadores, dos educandos e da comunidade.

Nas discussões teóricas do estudo procuramos mostrar que é possível que a Educação ambiental nessas regiões, numa perspectiva crítica –e portanto transformadora e emancipatória– pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, tomando a escola como principal mobilizadora. Assim, esse “lugar” representa um espaço fundamental para a participação da comunidade, apesar de carregar uma estrutura desgastada, que vai desde a fragilidade da formação dos professores até as condições estruturais do próprio espaço.

As Unidades de Conservação no Brasil

No Brasil, as Unidades de Conservação Ambiental foram criadas por meio da Lei 6.902/81, fruto da pressão da grande degradação dos recursos naturais pós-revolução industrial. A estratégia político-ambiental teve como base, como não poderia deixar de ser, a lógica do capital, que impera sobre aspectos culturais e sociais.

A ideia da criação dessas áreas estava ligada a percepção de que a natureza e os seres humanos precisam cada vez mais ser protegidos, pois os problemas ambientais são irreversíveis.

O país optou por se centrar em dois tipos de áreas protegidas:

- Unidades de Conservação (UCs): áreas protegidas territorialmente demarcadas e com dinâmicas de uso e gestão bem definidas. Fazem parte do SNUC pela Lei 9985/00;
- Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs): espaços protegidos através de instrumentos legais pelos seus atributos e serviços sobretudo ecológicos, mas sem uma prévia delimitação territorial. Ambas foram incluídas pela Lei 4771/65.

Esses modelos visam o compartilhamento da responsabilidade da gestão desses locais entre o poder público e a sociedade. Embora o fator econômico não seja o preponderante na criação de áreas de proteção, é visível a pressão exercida sobre essas áreas para que se considere, além da questão ambiental, a inclusão do fator econômico nas preocupações de manejo. O turismo, fármacos e cosméticos e a qualidade e quantidade das águas dos reservatórios das usinas hidrelétricas são alguns dos exemplos dos benefícios socioeconômicos que essas áreas trazem, o que justifica a preocupação com a gestão compartilhada.

As Unidades de conservação no Brasil são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), como

[...] espaços com características naturais relevantes, que têm função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (BRASIL, 2000, p.4).

O sistema é composto pelas unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares e são distribuídas em doze categorias de manejo, ou seja, são classificadas a partir da forma de proteção adotada e dos usos permitidos.

Nessas categorias, as UC's são divididas em dois grandes grupos: proteção integral (onde permite-se o uso somente indireto dos recursos, como o turismo e a pesquisa) e uso sustentável (uso de forma direta mas sustentável).

Dessa forma, é perceptível a importância das áreas protegidas não somente para conservação dos recursos naturais e seu uso sustentável, mas para que o desenvolvimento econômico e social do país seja garantido. Para MEDEIROS (2011 apud SAMMARCO, 2013), conservar a biodiversidade não garante somente mais crescimento, mais um melhor crescimento, sustentável e benéfico tanto a população local como a sociedade.

Sua implantação gerou diversos conflitos entre os sujeitos ali envolvidos que tinha seu modo tradicional de subsistência e

as demais instituições, já que nesse período muitas comunidades que habitavam essas áreas sofreram as consequências da importação de modelos internacionais com caráter neoliberais, que viam os seres humanos como destruidores e precisavam, portanto, ser excluídos dos locais ou privados da continuidade de seus modos de vida, na grande maioria das vezes sem nem sequer entender os motivos das imposições que simplesmente “caíam” em seus colos.

Para compreender um pouco como essa situação, que gerou consequências que interferiram tanto economicamente quanto socialmente, intensificando a pobreza e excluindo seus sujeitos em todos os sentidos, torna-se imprescindível conhecer um pouco da história dessas áreas.

Inicialmente, a partir dos anos 70, pela pressão da grande degradação dos recursos naturais pós-revolução industrial, a política ambiental brasileira incorpora as áreas protegidas e seu objetivo de preservação começa a se fortalecer. Nesse período, segundo SAMMARCO (2013), muitas comunidades que habitavam essas áreas brasileiras sofreram as consequências da importação de modelos internacionais, que, conforme já comentado, viam os seres humanos como destruidores e precisavam, portanto, serem excluídos dos locais ou, em alguns casos infelizmente, exterminados.

Nos anos 80 essa situação começa a mudar, principalmente por pressão da luta influenciada por Chico MENDES (seringueiro, sindicalista e ativista ambiental) a fim de excluir os conflitos existentes nas terras da Região Amazônica entre a sobrevivência das comunidades e a preservação. Dessa forma, surge a *Reserva Extrativista de Chico Mendes*, primeira área classificada como Unidade de Conservação, com características de uso sustentável. Esse episódio marca o início da mudança de percepção desses locais, surgindo, ainda que tímido, a importância do respeito as populações tradicionais residentes.

Atualmente ainda é incipiente a conscientização da sociedade do papel dessas áreas na preservação ambiental, e o quanto elas contribuem para a nossa permanência no planeta de forma possível.

É fato que o Brasil é uma das nações mais diversificadas, no que se refere a etnia e multiculturalidade, além de ser um dos países que apresenta mais desigualdades socioeconômicas. Dessa forma, a extrema pobreza se justifica não somente pela fragilidade da economia, mas principalmente por essa grande desigualdade, o que implica em problemas sociais e ambientais nas relações de uso da terra.

Analisando a breve história sobre áreas de preservação no Brasil, é perceptível a forma ineficiente em que estas foram se configurando, partindo da expulsão dos mora-

dores, impossibilitando suas atividades de subsistência e chegando a valorização do turismo acima da população local.

De acordo com MORSELLO (2008 apud SAMMARCO, 2013), essa questão é muito mais política do que científica, visto que o turismo gera mais riqueza do que a população local. Os usos tradicionais da terra pelas populações locais se caracterizam pela baixa intensidade e pela grande expansão territorial, e o turismo, ao contrário, ocupa uma extensão menor (concentrada) e maior intensidade. Essas consequências variam de acordo com as características locais, mas em geral se apresentam conflitantes, já que, a partir da Convenção sobre Diversidade Biológica, essas questões ficaram em pauta sob o enfoque da necessidade das áreas de preservação como ferramentas que possibilitem um manejo mais sustentável.

Uma abordagem, dessa forma, que seja capaz de perceber o ecossistema como possibilidade de uso efetivo da terra e da água de modo a contribuir com os planos de desenvolvimento socioeconômico do local onde estão localizadas as Unidades de Conservação. Essa visão permite uma maior percepção sobre as populações locais e a possibilidade de reduzir a pobreza e trazer, ainda, benefícios para a sociedade como um todo.

O contexto da investigação

Sabe-se que o ecossistema da Mata Atlântica, apesar de sua rica biodiversidade, é o mais ameaçado do Brasil e o segundo do mundo. MARQUES e BRITZ (2005) relatam que atualmente os maiores problemas encontrados nessa floresta são oriundos dos desmatamentos e queimadas, caça, extração de palmito e madeira, atividade agropecuária, e problemas com lixo, esgoto e expansão urbana.

O litoral do Paraná tem a maior área contínua de Mata Atlântica ainda preservada do país, o que resultou na criação de diversas Unidades de Conservação na região. A Ilha do Mel, uma dessas áreas, é considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO desde 1991, principalmente pelos bens étnico-culturais que possui.

A escolha desta região para a presente reflexão se justifica pelo processo de perda de identidade da comunidade e a desvalorização de seus saberes tradicionais a partir da conversão deste espaço em uma Unidade de Conservação Ambiental. Assim, identificou-se que há necessidade de proporcionar à comunidade a percepção de direitos enquanto cidadãos, a partir de uma leitura crítica da realidade, partindo do pressuposto de que os saberes e práticas escolares produzidas no cotidiano da escola é essencial para o processo

de mudança social e se configura em fator preponderante na transformação da comunidade em questão.

Até a década de 60 a população local da ilha tinha na pesca artesanal e na agricultura de subsistência suas principais fontes de renda e, mais do que isso, seu modo de vida. Com a expansão do turismo, a região passou por uma intensa modificação tanto no espaço natural quanto nesses modos de viver das comunidades que ali residiam, já que os sujeitos passaram, aos poucos, a prestar serviços para os visitantes. No dia 16 de maio de 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná efetuou o tombamento da Ilha do Mel.

Na década de 80, quando se intensifica ainda mais o turismo, ocorreram mudanças mais significativas nas práticas sociais dos nativos, visto que, na dinâmica de relação entre turistas e nativos, esses últimos abandonaram seu trabalho para investir ou mesmo trabalhar em pousadas e comércio, principalmente.

Nesse período aumenta a pressão dos veranistas para a construção de residências na ilha. Com a instalação da luz elétrica em 1988 e da criação do serviço de barcas de transporte, o acesso a bens de consumo, como por exemplo a televisão, o rádio e os eletrodomésticos em geral, os hábitos e valores tradicionais da população local vão aos poucos sendo substituídos por

modos de viver mais ligados a área urbana. FUZETTI (2007) destaca que a internet a cabo que, por pressão do turismo, foi implantada na ilha em centros informatizados que atendem basicamente aos turistas, também é utilizada pelos moradores.

Os autores lembram que diversos problemas sociais se intensificaram e muitos surgiram, com destaque para as influências sobre a cultura e os modos de vida dos nativos, agravando, por exemplo, o consumismo, a venda de drogas e o abandono de práticas tradicionais de sobrevivência como a pesca artesanal que era bem organizada na região.

Simultaneamente a intensificação das mudanças, a maior parte da ilha foi transformada em área de conservação sob regime bem restrito. Em 1982, percebendo essa nova dinâmica e, obviamente, a região como potencial atração turística, com vistas à conservação da Ilha, foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.454 a Estação Ecológica da Ilha do Mel, com área de 2.240,69 ha, representando 80% da Ilha. Localizada na parte norte compreende áreas pouco alteradas, que resguardam características primitivas, principalmente da vegetação de restinga e manguezal e possui Plano de Manejo desde 1995.

A porção sul da Ilha, com seu ambiente composto por costões rochosos e com grande riqueza histórico-cultural, teve seu espaço ordenado a partir da criação do

Parque Estadual somente 20 anos depois, pelo Decreto Estadual nº 5.506 de 2002, com área de 337,84 ha e ainda não possui Plano de Manejo.

Entre outras medidas reguladoras, como restrições aos direitos de posse de terra e o tipo de materiais liberados para as construções de casas, está o limite de 5000 pessoas que podem estar ao mesmo tempo na ilha, definido como sua “capacidade de suporte”.

Aos jovens entre 13 a 24 anos, que representam 10% da população e proporcionam a continuidade dos hábitos e costumes da Ilha, restam perspectivas limitadas em relação às oportunidades locais de estudo e trabalho.

A Vila de Encantadas, porção sul da ilha localizada no Parque Ecológico, é o lugar onde se situa o Colégio Estadual Felipe Valentim, campo de estudo do presente estudo. É o setor de ocupação que apresenta o maior número de problemas em relação a sua ocupação sem acompanhamento de ordenamento territorial. Telles (2013) afirma que esses problemas, vividos cotidianamente pela comunidade, refletem diretamente na qualidade ambiental da região, por meio de precários serviços de infraestrutura básica e da concentração de propriedades, que foram, em sua maioria, fixadas sem fiscalização, acompanhamento e orientação (TELLES, 2013).

O processo de ocupação da região, portanto, foi marcado pela exploração imobiliária de forma descontrolada, em grande parte por pessoas de fora, impactando não somente na mudança da paisagem, mas em aspectos ambientais e culturais. A venda dos lotes foi vista pelos moradores nativos como uma oportunidade econômica o que, segundo TELLES (2013), fez com que muitos espaços fossem vendidos a preços inferiores do seu valor real. O autor ressalta que de 1953 a meados de 1980, época de maior expansão do turismo, a área destinada ao uso antrópico aumentou cerca de 150%.

Os habitantes da Vila de Encantadas são, em sua maioria, nativos e suas famílias, comerciantes, empresários e veranistas. TELLES (2013) chama a atenção para o fato de que as principais associações da ilha possuem caráter deliberativo, com representação no Conselho Gestor da Ilha, que tem como finalidade representar as reivindicações da sociedade da Ilha do Mel junto ao poder público, em virtude de suas necessidades e realizações de planos de governo e projetos pelo bem comum da comunidade. O autor afirma que a grande maioria dos moradores não tem interesse em participar das associações, ficando muitos grupos sem representatividade.

A vila é caracterizada por relações sociais e espaciais que foram construídas a partir da forte transformação nos modos de viver da comunidade, configurada por influências de

sujeitos “de fora”, principalmente por conta da exploração do turismo. Essa perda da identidade dos sujeitos nativos não somente modifica sua cultura, mas influencia nas maneiras de participação na gestão local. Ou seja, de acordo com TELLES (2013), “estes aspectos predominam no plano dos interesses individuais e ações coletivas pouco efetivas, ou provisórias” (p.92).

Além disso, as relações existentes entre os diferentes grupos que compõe a comunidade estão marcadas por divergências de interesses e perspectivas de mudança, tendo como consequência a ausência de articulação e a predominância de

[...] características como o individualismo, a disputa de interesses, aspectos que levam a dificuldade de desenvolvimento e superação de conflitos e realização de projetos sociais. (TELLES, 2013, p.92)

Essa configuração traz consequências ao cotidiano da comunidade, já que esta fica vulnerável a tomada de decisões até mesmo para solução de problemas comuns internos. Há falta de articulação na luta pelos seus direitos mais básicos, o que leva a uma série de fatores que influenciam diretamente na autoestima dos sujeitos que ali convivem, trazendo consequências como a pobreza generalizada, o consumo de drogas, entre outras.

O Colégio escolhido para o presente estudo - considerando aspectos como a vul-

nerabilidade da comunidade em relação a articulação pela luta de direitos e interesses que beneficiem os sujeitos locais, as profundas transformações nos modos de viver e na própria estrutura da região, ocorridas nas duas últimas décadas pela exploração turística - atende o Ensino Fundamental e Médio e faz parte do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá. Conta com um total de onze professores, possui uma turma de cada série/ano, num total de aproximadamente trinta e quatro estudantes no Ensino Fundamental e vinte e oito no Ensino Médio.

Em conversa e observações realizadas na escola, são muitos os problemas e desafios identificados pelos professores e equipe pedagógica. Dentre eles, destacam-se a falta de participação da comunidade, em especial dos pais dos estudantes; os professores que não se vêem como parte do processo pois muitos deles são temporários; adaptações do calendário escolar por conta das especificidades da região que sempre são negadas pelo núcleo de Paranaguá; falta de estrutura e de internet, entre outros.

A Educação ambiental crítica e o papel da escola

Atualmente a Educação ambiental passa por um momento de amadurecimento

tanto teórico quanto metodológico. Quanto mais se avança, a partir das reflexões acerca das experiências metodológicas nos mais diversos contextos e a crescente comunicação destas em eventos da área, é perceptível que vai se delineando, no nosso ponto de vista, como um novo modelo educacional, uma nova proposta de enxergar e agir sobre a realidade e, mais do que isso, como uma forma de viver e apreender o mundo.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível refletir sobre a relação da sociedade com a natureza, já que, apoiando-se em TOZONI-REIS (2004), entendemos que as ações educativo-ambientais vão sendo construídas a partir das diferentes correntes teóricas que explicam as relações sociais historicamente. Essas correntes vão consequentemente desenhando a formulação das teorias pedagógicas que, que por sua vez, vão se somando a outras áreas que embasam a educação (psicologia, filosofia, antropologia, entre outras), formando um aglomerado de visões e ações no mundo.

Podemos dizer então que o campo da Educação ambiental constitui-se a partir de múltiplas visões de mundo, que nem sempre são harmônicas em seus fundamentos e práticas. Assim, não pode ser pensada nem praticada fora das relações sociais, que na sociedade do capitalismo selvagem, são baseadas no consumo.

É na figura do professor que a Educação ambiental se insere no contexto escolar, da maneira como ele vê a Educação ambiental a partir dos conhecimentos construídos na área ou mesmo da sua visão da Natureza e do mundo. Torales e Teixeira (2014) alertam para essa questão, levantando as dificuldades que o professor enfrenta para superar as exigências do avanço da Educação ambiental na educação básica. As autoras ressaltam ainda que os próprios cursos de licenciatura não contribuem de maneira significativa na formação na área.

Na educação básica, a Educação ambiental busca se estruturar num espaço de luta entre as correntes mais tradicionais e as de enfoque crítico, ou seja, entre a educação pela manutenção do capital e a luta por uma outra educação, que considere as possibilidades de transformação social e não adaptação, conformismo ou mesmo reprodução. É necessário levar em conta, nesse contexto, o papel da escola como espaço de inserção/potencialização das questões ambientais como saber sistematizado, o que necessita que se encontrem espaços na organização dos currículos escolares.

A forma como se realiza a educação no interior da escola está intrinsecamente relacionada aos valores, as ideologias e as intenções que circundam seu cotidiano. Nessa perspectiva, para que dê conta da sua função social, compreendida aqui como a emancipação dos sujeitos e con-

sequente democratização da sociedade, necessita assegurar a apreensão crítica da realidade.

A proposta de pesquisa do doutorado em questão parte de alguns pressupostos, entre eles o de que os saberes e práticas escolares produzidas no cotidiano da escola é fator preponderante na transformação da comunidade em questão, sendo que a potencialização da dimensão ambiental nas práticas escolares está relacionada à interpretação feita pelos professores sobre o tema, já que cada um adota uma visão da Educação ambiental com base nas características educativas, sociais e ambientais do meio em que está inserido (TORALES, 2013). Além disso, o saber dos professores é um saber social e está relacionado com a pessoa e a identidade dele; com sua experiência de vida; com sua história profissional; com suas relações com os alunos em sala de aula; e com outros atores sociais (TARDIF, 2002).

Para TARDIF (2002), há três tipos de saberes que coexistem nos espaços escolares. O primeiro deles se relaciona com os saberes sociais selecionados pelas escolas – disciplinares; o segundo – curriculares – são os que se referem aos programas escolares e por fim, o terceiro são os práticos, que advém da experiência.

Ambos são incorporados pelo habitus e são, portanto, exteriores a prática docente, já que oriundos da tradição cultural de

determinado campo. É possível analisar a prática pedagógica, portanto, como resultado de uma ação dialética, conjunta, entre esses saberes.

Sendo assim, é crucial analisarmos como se dá a formação dos professores e, mais especificamente, a formação em Educação ambiental, visto que esta passa a ser interpretada a partir de uma rede, “desde a formação inicial ou escolar, estende-se à vivência, à atuação profissional, à participação em fóruns, cursos, grupos e eventos” (JACOBI et al, 2009, p. 71).

Ainda, é possível perceber a escola como possível mediadora e catalisadora de um processo que considere os saberes locais como possibilidade de união da coletividade e consequente ampliação da mobilização e participação. JACOBI chama esse processo inovador de “*práxis educativa tecida de muitas mãos e ideias*” (JACOBI et al, 2009, p.74), o que nos remete a perspectiva de incorporação de um currículo vivido no cotidiano e que, portanto, valorize a pluralidade de saberes (LOPES, 1999).

Para tanto, considerando que dessa forma a Educação ambiental elimina fronteiras entre a escola e a comunidade, Jacobi afirma que é fundamental criar processos colaborativos de resolução de problemas locais, uma vez que, dessa forma, é possível perceber os sujeitos envolvidos como

[...] componentes pedagógicos fundamentais e fatores relevantes na construção de práticas educativas e criação de situações de aprendizagens calcadas na experiência e na vivência.” (JACOBI et al, 2009, p. 74)

Essas situações proporcionam um envolvimento maior da comunidade que passa a ser vista como protagonista do processo. O cotidiano escolar precisa, neste contexto, ser percebido a partir das necessidades sociais de todos, inclusive a análise do lugar ocupado pela escola na vida dos alunos e formação profissional dos professores, em uma perspectiva que compreenda a escola, como MAFRA (2003) nos faz refletir, como uma instituição sociocultural – uma escola que realmente é, e não como deveria ser (escola concreta).

O engajamento dos professores, dessa forma, possibilita o enfrentamento de suas próprias limitações, potencializando sua prática educativa frente à sensibilização e apropriação de novos comportamentos e atitudes socioambientais.

Compreendemos os sujeitos a partir de uma construção historicamente determinada, constituídos e se constituindo socialmente. Assim, baseando em reflexões de LOUREIRO (2007), me posiciono contrária aos dualismos indivíduo-sociedade e sociedade-natureza, os quais são recorrentes no campo da Educação ambiental, que insiste em culpar cada indivíduo separadamente pelos emergente problemas

ambientais, sem considerar o contexto sócio-histórico.

A escola, quando considera essa situação, passa a ser vista como o espaço que deve servir aos interesses populares/comunitários procurando garantir além dos saberes necessários para compreender os mecanismos naturais e comunicativos básicos, um visão crítica e portanto, política da construção histórica da sociedade.

De maneira alguma, portanto, pode ser alheia a toda dinâmica cultura da comunidade na qual está inserida, se esforçando ao máximo para conhecer e compreender a gama de significados comuns que acabam por se manifestar nas atitudes e comportamentos dos estudantes.

Vista como agente social, não podem se responsabilizar integralmente pelo desenvolvimento dos sujeitos, portanto precisa contar com o apoio familiar e colaboração da comunidade.

Sendo crítica, não pode limitar a comunidade a escolar, mas abranger o contexto maior na qual está inserida, dinamizando os laços necessários para tal finalidade.

Reflexões finais

Os saberes populares, renegados durante gerações quase até o ponto de sua extin-

ção, necessitam ser resgatados e valorizados urgentemente. Para além da valorização dos diferentes saberes que os povos do campo carregam, a crise que hoje passamos reside também na própria construção do conhecimento científico, ou seja,

[...] crise paradigmática da ciência atual, que ignora outras formas de racionalidade, deslegitimando e marginalizando outras formas de produção de saber e de vida, que afrontam a lógica da acumulação. (CALLEJAS, FREITAS E GÓMEZ, 2007, p.11)

Surge, dessa forma, a necessidade de utilizar instrumentos que possam proporcionar às comunidades que resistem nas Unidades de conservação a sua percepção enquanto cidadãos. A escola, como não poderia deixar de ser, é um local privilegiado que pode contribuir tanto para a continuidade e reprodução da desvalorização destes modos de viver quanto para a transformação destas comunidades, melhorando sua qualidade de vida e garantindo a conservação do meio ambiente nas áreas de proteção.

É crucial, portanto, pensarmos em estratégias que possam fortalecer o papel político da escola e a Educação ambiental (SORRENTINO, 2005) tem se manifestado como um grande potencial de vínculo entre a escola e a sociedade, relevando o papel dos professores nos processos de mudança social.

Uma das possíveis estratégias apontadas por JACOBI (et al, 2009) é a adoção de uma metodologia participativa e dialógica, que envolva as bases da comunidade. Uma metodologia onde a democracia solidária e emancipadora seja formadora de sujeitos-cidadãos com capacidade de se comprometerem com a realidade, repensando valores, atitudes e mudanças que visem a um mundo mais humanizado (FREIRE, 1997).

A escola, dessa maneira, pode ser interpretada como um laboratório vivo para processos de ensino e aprendizagem, ou seja, por meio da criação de possibilidades que permitam que temáticas sejam pensadas a partir das experiências, vivências e desafios vividos cotidianamente pelos protagonistas envolvidos.

Referências bibliográficas

- BRASIL, 2000, Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, MMA / IBAMA Funatura; 2000, 32p.
- CARIDE GÓMEZ, José Antônio; FREITAS, Orlando Manuel Pereira de; CALLEJAS, Germán Vargas. Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições, 2007.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FUZETTI, Luciana. A pesca na Ilha do Mel (Paraná-Brasil): Pescadores, Atividades e Recursos Pesqueiros. 128 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas. Curitiba: UFPR, 2007.

- JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da Educação Ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 77, jan./abr. 2009. p. 63-78.
- LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Emancipação. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 2. Brasília: MMA/DEA, 2007.
- MAFRA, Leila de A. A Sociologia dos Estabelecimentos Escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em reconstrução. In: ZAGO, N., CARVALHO, M., VILELA, R. (Orgs.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MARQUES, Marcia C. M.; BRITZ, Ricardo Miranda de (orgs.). História natural e conservação da Ilha do Mel. Curitiba: Editora UFPR, 2005.
- SAMMARCO, Yanina Micaela. Educación Ambiental y Paisajes para la gestión participativa de las Áreas Protegidas em Brasil. Tese de Doutorado. 506 p. Universidad Autónoma de Madrid e Universidade de São Paulo: Madrid, 2013.
- SORRENTINO, Marcos et al. Educação Ambiental como política pública. Revista Educação e Pesquisa 31 (2): 285-299, 2005.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TELLES, Daniel Hauer Queiroz. Situação ambiental e atividade turística da Vila de Encantadas – Ilha do mel – Paraná. Porto Alegre/RS: Editora Animal, 2013.
- TORALE, M. A.; TEIXEIRA, C. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 127-144. Editora UFPR.
- TORALE, Marília Andrade. A inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar à ação educativo-comunitária como compromisso político-pedagógico. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, v. especial, p. 1-17, mar. 2013.
- TOZONI-REIS, M. F. C. Educação Ambiental: natureza, razão e história. Campinas, São Paulo: autores associados, 2004.